

UMA ANÁLISE DA APROVAÇÃO AUTOMÁTICA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL (APOIO UNIP)

Aluna: Dayse de Cássia Pereira

Orientador: Prof. Adilson Silva Oliveira

Curso: Psicologia

Campus: Alphaville

Este estudo buscou esclarecer o que vem a ser a Aprovação Automática e analisou os impactos sociais decorrentes dessa estratégia educativa. Abordou-se a questão da precariedade do ensino público, demonstrando como os tipos de avaliações vigentes limitam os pedagogos a encararem de forma mais humanista o aprendizado e conteúdos já obtidos pelos estudantes fora da escola, propiciando maior evolução e empenho destes. Nas fases do desenvolvimento, contou-se com os estudos de Henry Wallon, Piaget, Erickson e Vygotsky para elucidar como a fase dos 6 aos 12 anos é uma fase de ganhos na capacidade de processamento de informações, intelectualidade aflorada, cognitivo com saltos significantes, o que curiosamente não condiz com tantos alunos dessa faixa etária não aprendendo a ler ou escrever. Falou-se das leis que asseguram uma educação de qualidade e da dicotomia entre o que realmente se vive nas escolas públicas. Concluiu-se que é necessária uma metodologia mais assertiva de ensino, assim como uma forma de avaliação e critérios de reprovação que permitam que o aluno siga para o próximo ciclo apenas após ter adquirido os conhecimentos indispensáveis do ciclo anterior. É preciso um olhar mais humanista por parte das instituições de ensino, praticando o que as diretrizes da educação inclusiva estabelecem, não apenas integrando o aluno com *deficit* na aprendizagem, mas efetivamente incluindo-o nas atividades. Aprovar sem critérios e sem o aluno ter adquirido os conhecimentos necessários para sua evolução faz com que esse aluno passe a fazer parte de um grupo de excluídos, assumindo um papel de incapaz que o leva à exclusão social, principalmente quando se depara com um mercado de

trabalho saturado que o submete a conhecimentos que ele não aprendeu quando criança.